

Um mundo mais feminista, por Debora Diniz

Para antropóloga, pandemia impactou como nos relacionamos, quem somos e como nos (des) humanizamos

[\(Uol, 14/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Tenho pensando se a reviravolta da pandemia pode nos levar a um mundo mais feminista. Há quem me estranhe como uma otimista fora de hora por enunciar a pergunta: esses estão certos de que o trajeto do vírus é outro, pois amplificará vozes autoritárias e populistas no mundo. Há outros que, como eu, duvidam de análises pretéritas da realidade.

A verdade é que não sabemos; estamos como em um estágio intermediário de um rito de passagem — não mais como antes, mas ainda distantes do que surgirá depois dessas semanas de estranha suspensão do que conhecíamos como normalidade da vida.

Não quero me portar como os homens sabidos que sobem aos palanques e fazem projeções sobre a política ou o mercado financeiro, como se o acaso pudesse ser controlado. Acertam algumas vezes, mas erram muito. Há sempre o risco de um “cisne negro” atravessar a realidade que só conhecia “cisnes brancos”, para seguir a alegoria de [Nassim Taleb sobre a fragilidade das análises sobre o funcionamento do mercado financeiro](#).

[Clique para ler o artigo completo de Debora Diniz para a série O Mundo Pós-Covid-19.](#)

Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga Debora Diniz

Antropóloga afirma que conceitos como cuidado, proteção social, interdependência e saúde terão que ser discutidos

[\(Folha de S.Paulo, 06/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A antropóloga Debora Diniz arrisca uma previsão para o mundo pós-pandemia do novo coronavírus: será um mundo mais alinhado aos valores feministas.

A professora da faculdade de direito da Universidade de Brasília recebeu no início deste ano o prêmio Dan David na categoria igualdade de gênero por sua defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. É também por essa defesa que ela vive desde 2018 fora do Brasil.

Diniz teve de deixar o país por sofrer uma série de ameaças após defender a descriminalização do aborto em audiência pública no Supremo Tribunal Federal. Ela coordena e é uma das fundadoras do Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, que realiza a Pesquisa Nacional de Aborto. O estudo em 2016 mostrou que pelo menos uma em cinco mulheres no Brasil já fez um aborto.

Ela é também uma das maiores pesquisadoras dos impactos do vírus zika no país. Em 2017, ganhou o prêmio Jabuti de ciências da saúde por seu livro “Zika: do Sertão Nordestino à Ameaça Global” (Civilização Brasileira), em que narra a história dessa epidemia que leva à microcefalia de bebês e a outras síndromes neurológicas.

Além disso, ela escreve e dirige documentários, como “Hotel Laide”, sobre um hotel social na região da Cracolândia, em São Paulo, e “À Margem do

Corpo”, que acompanha a história de uma mulher vítima de estupro no interior do estado de Goiás.

Nas últimas semanas, Diniz criou uma conta no Instagram (@reliquia.rum) para fazer, junto dos desenhos do artista Ramon Navarro, pequenos registros de memórias de mulheres mortas pelo vírus durante a pandemia.

Por telefone, ela fala sobre como o novo coronavírus atinge as mulheres ao gerar desamparo na sociedade, sobre a importância do luto e sobre as relações entre o que vivemos hoje e a zika.

A pandemia atinge homens e mulheres de forma diferente?

O afeto que nos une agora é o desamparo. Olhamos e buscamos proteção. Quando o Estado não protege e nos abandona, é aí que a pandemia tem gênero, porque o cuidado cabe às mulheres.

As mulheres são as responsáveis pela economia do cuidado, e quando temos uma distribuição desigual do cuidado e trancamos as pessoas em casa —ou presumimos que as pessoas têm casa e que ela é um espaço seguro— a centralidade do cuidado para a vida social se amplifica.

A casa pode ser um espaço de violência doméstica.

Supõe-se que as mulheres têm uma casa em que elas possam ser trancadas. Não à toa aumentaram o índices de divórcio na China e aumentam os de violência. A convivência na casa para os homens é algo insuportável, tanto que esse mundo das piadas entre os homens é um modo de comunicação do quanto está sendo insuportável para eles a vida doméstica.

E como essas mulheres do cuidado estão sendo afetadas?

As mulheres da economia do cuidado perderam um elo fundamental para a

sobrevivência: a conexão com outras mulheres para tomar conta das crianças. As avós têm um papel fundamental para as mulheres trabalhadoras mais precarizadas e, com essa pandemia, houve a segmentação dos mais velhos.

A anomia social imposta pela pandemia amplificou a desigualdade de gênero para as mulheres da economia do cuidado e as abandonou. Não sem os homens, mas sem os equipamentos do Estado, como creches, escolas. Elas ficaram sozinhas, e as que nunca estiveram sozinhas romperam seus laços com os idosos.

A melancolia que vivemos na pandemia é uma pergunta sobre nossa sobrevivência como espécie e é claro que ela é vivida de formas diferentes a partir de regimes prévios de precarização da vida, como pela mulher que tem de sair para trabalhar no mercado e a que pode fazer teletrabalho e ficar com os filhos. São níveis de exposição à morte diferentes.

Existe uma presunção no cumprimento das regras de isolamento que são regras de uma racionalidade científica apenas. Mas são também regras que têm de ser adaptadas à possibilidade de sobrevivência das mulheres. Algumas vão desobedecer as regras porque assim elas têm que fazer, porque são as cuidadoras.

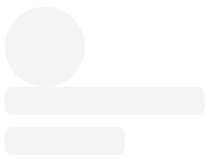
As mulheres da elite também são tocadas diretamente com o desamparo provocado agora na economia invisível e silenciosa do trabalho doméstico que as protegia para o sucesso profissional. Quando as mulheres da elite são devolvidas à casa e se veem com as múltiplas jornadas concomitante ao sucesso profissional, elas também são obrigadas a mudar sua narrativa feminista sobre o mundo.

Uma resposta a uma pandemia é uma resposta sobre a reprodução social da vida e ela passa pelas mulheres.

A senhora criou um Instagram para fazer relicários de mulheres mortas pela pandemia.

Qual a importância de viver o luto?

Toda vez que temos uma anomia como a que estamos vivendo, as pessoas passam a ser números e as biografias desaparecem. As notícias de mortos são como prontuários médicos, idade, comorbidades, e não biografias de pessoas pelas quais alguém sofria. Isso distancia de mim, como leitora, a possibilidade de que aquela morte fosse a minha e tira das pessoas a possibilidade de sofrer esse luto.



[Ver essa foto no Instagram](#)



Avó, mãe e filho doentes. Avó e mãe morreram em São Paulo. Uma 85 e outra 55 anos. Seguiram a ordem natural das idades. • Mas não há nada de natural em morrer nesta hora.
[arte: @ramondebh]

Uma publicação compartilhada por Debora Diniz (@reliquia.rum) em 3 de Abr, 2020 às 2:50 PDT

E por conta do contágio já não se pode mais ir a velórios e enterros.

O choro e o lamento públicos são momentos de reconhecimento de que a perda daquela vida é sentida. Quando isso é feito no atacado, como nessa pandemia, e os rituais fúnebres são eliminados, são eliminados o lamento sobre aquela existência.

No que a epidemia de zika e a pandemia de agora se assemelham?

O Brasil muito provavelmente vai viver números grandes da epidemia de coronavírus e foi o epicentro de zika. A mesma população que viveu a agonia do risco de zika há cinco anos vai ser a mais afetada pelos riscos da Covid-19, com suas vulnerabilidades prévias de saúde, de trabalho, de proteção social.

A [Covid-19](#) mostra a todos nós que a vida é precária, que somos vulneráveis. Mas a quem a precariedade da vida vai deixar o risco maior? Àquelas do regime da desigualdade, populações negras e indígenas, mulheres nordestinas e nortistas que são empregadas domésticas, pessoas que não tiveram acesso à educação.

É possível pensar como será o mundo pós-pandemia?

Os homens sempre ocuparam, no campo das narrativas políticas e sociais, a voz de fazer previsões. As feministas fazem muito pouca previsão, e eu quero me arriscar.

O mundo pós-pandemia vai ser um mundo em que os valores feministas vão fazer parte do nosso vocabulário comum. Porque a melancolia que estamos vivendo, da casa, da espera, do medo, da perda, da morte, colocou o desamparo no centro dos debates sobre política e economia. Nunca a economia falou tanto sobre desamparo quanto agora. E não há salvação se não criarmos mecanismos coletivos de amparo.

Pode ser que seja um mundo mais perverso, na ganância, no individualismo, no medo do contato, ou pode ser um mundo em que os valores feministas vão estar na ordem da negociação política, dizendo que não existe uma ordem política de desamparo.

Essa pandemia colocou como tópico prioritário da agenda a compreensão do mundo - e é aí que está a minha esperança no pós-pandemia, para aqueles que sobreviverem. Deve ser um mundo no qual vamos ter de falar da nossa sobrevivência e da nossa interdependência. Teremos de falar de cuidados, proteção social, saúde.

Nós acreditávamos na uberização do mundo, que poderíamos ser autossuficientes. Mas as mulheres sempre souberam que não podemos ser autossuficientes, porque todos são filhos de uma mãe, todos precisamos ser cuidados para existir e persistir. Essa pandemia mostrou isso com toda crueldade.

E nesse mundo mais feminista a senhora vislumbra a descriminalização do aborto no Brasil?

Tenho convicção que sim. A [criminalização do aborto](#) é talvez uma das expressões mais concretas e perversas do controle da reprodução social e biológica da vida. Controlar os corpos das mulheres sobre a reprodução é controlar como a vida social se reproduz.

Criminalizar uma necessidade tão básica da vida como a de uma mulher tomar a decisão sobre como, quando e com quem vai ter um filho é a expressão silenciosa e permanentemente naturalizada do patriarcado. A

moral hegemônica naturaliza isso como uma questão moral, religiosa, da defesa da vida. Temos grandes narrativas para a banalidade da fúria patriarcal que deixa as mulheres morrerem.

A senhora é bastante ativa no Twitter e defende que pesquisadores ajudem a popularizar a ciência.

Sempre achei que meu papel como pesquisadora era conversar com o mundo e ajudar a transformar o mundo, sempre fui engajada, mas nunca participei de mídias sociais.

Quando eu tive de sair do Brasil eu me vi impedida de dar aulas, de falar para grandes públicos. Como eu ia estar no mundo? Foi aí que eu fui para o Twitter. Sem a sala de aula, eu ia falar para quem quisesse conversar comigo.

Como lidar com as reações muitas vezes violentas na internet?

Ocupar um espaço de participação política é se expor, mas o que fazer com a rejeição que vem tão forte contra nós? Algumas mulheres podem se silenciar, porque é intimidante, assustador, perturbador.

Eu sei que meu caso é excepcional nessa intensificação do ódio que se instalou no Brasil, mas é um caso paradigmático porque mostrava o que estava se formando: a intransigência ao limite da impossibilidade de defesa das liberdades.

Debora Diniz, 50. Antropóloga, nascida em Maceió, é professora da faculdade de direito da Universidade de Brasília e pesquisadora do Centro para Estudos Latino Americanos e Caribenhos da universidade americana Brown. Fora do Brasil desde 2018, após receber ameaças por defender o aborto, ganhou neste ano o prêmio Dan David de igualdade de gênero

‘A criminalização do aborto mantém as mulheres em risco’, afirma Debora Diniz

Leia a entrevista com a antropóloga, professora da Universidade de Brasília (UNB) e fundadora da organização Anis Instituto de Bioética, Debora Diniz

[\(O Tempo/MG, 02/03/2020 – acesse no site de origem\)](#)

Em 20 anos, a taxa anual de aborto nas regiões desenvolvidas caiu, principalmente em países onde a prática foi legalizada. O mesmo não ocorreu na América Latina. Uma das principais defensoras da descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, Debora teve que sair do Brasil devido à ameaças de morte, e explica porque o país não conseguiu acompanhar esse movimento.

Em 2004, você trouxe à luz uma questão de direitos reprodutivos praticamente desconhecida por quem jamais viveu o drama de gestar um feto sem cérebro: o aborto de anencéfalos. Em 2012 então esse tipo de aborto deixou de ser considerado crime, por decisão do STF. Gostaria que você contasse um pouco de onde vem a sua ligação/identificação com essa temática dos direitos reprodutivos e aborto?

Essa é a vida concreta das mulheres, especialmente na sua juventude, na idade reprodutiva. Quando nós estamos falando que, pelo menos, uma em cada cinco mulheres no Brasil já fez um aborto, segundo a pesquisa nacional de aborto, estamos falando de meio milhão de mulheres todos os anos. Estamos falando de alguma mulher que nós conhecemos na vida. Então, não tenho nenhuma história pessoal, mas sim como pesquisadora, a ideia de

proximidade passa pela capacidade de escuta, de sensibilidade, de nos aproximarmos do que é a dor da outra e de quais são as forças que cada uma tem para implementar a mudança.

Você foi a autora do primeiro livro sobre a descoberta da zika no Brasil - venceu a categoria ciências da saúde do Prêmio Jabuti com “Zika: do sertão nordestino à ameaça global” - e nos últimos anos se tornou figura central pelo direito ao aborto até a 12ª semana de gestação. Na sua opinião, quais as principais dificuldades para que o tema avance na legislação brasileira?

A principal dificuldade é que o aborto é um tema que é usado como uma moeda, como uma questão sensível para provocações políticas. Então, com a emergência do governo Bolsonaro, de todo um campo conservador e autoritário no país, não só as questões de gênero, mas como as questões reprodutivas vão ao centro de uma controversa moral e se torna uma controversa política. A principal dificuldade eu não nomearia que são as igrejas ou as crenças religiosas. É o uso de uma autoridade moral para perseguir mulheres, para perseguir o campo reprodutivo. Ao se controlar a questão do aborto, estão se controlando a concepção de família, de reprodução social, de mulheres no mundo do trabalho, de direitos a creches, de cuidados com as crianças, de acesso aos métodos (anticoncepcionais)... É um erro colocar o aborto numa uma polarização sobre o campo religioso.

O que aconteceu após a legalização do aborto em países como Portugal, Espanha e Uruguai?

A descriminalização do aborto leva a uma redução das taxas dessa prática. Porque junto com a descriminalização você tem um pacote de acesso a informação, de quebra dos estigmas e do tabu. As mulheres passam a falar a verdade quando chegam em um serviço de saúde. Elas não têm medo de serem denunciadas. Com isso, você consegue prevenir se ela sofre violência, se ela não está usando bem o método. A descriminalização reduz o número de abortos. A criminalização não apenas não soluciona, como mantém as mulheres em risco.

Em 20 anos, entre 1990/1994 e 2010/2014, a taxa anual de aborto nas regiões desenvolvidas caiu significativamente, principalmente em

países ricos onde a prática é legalizada. O mesmo não ocorreu em países em desenvolvimento. Porque que a América Latina e o Brasil não conseguiram acompanhar o movimento de legalização do aborto no mundo?

O Brasil está na região do mundo em que o aborto é mais criminalizado: na América Latina e o Caribe. E que tem as maiores taxas de aborto. Aqui eu diria que não é só a interferência de uma moral religiosa e do campo moral, mas de uma composição de uma colonialidade patriarcal, que é masculina, e de controle de uma ideia de família, e de controle das mulheres. Por isso também nós estamos na região do mundo que mais mata mulheres e são fenômenos que não devem estar separados - controlar a reprodução e controlar o corpo das mulheres e matar as mulheres. Nós estamos numa região do mundo em que mais tipificamos e falamos de feminicídio, então não dá pra separar as coisas. Existe essa origem da cultura patriarcal e de uma desigualdade de gênero que faz com que nós não acompanhamos uma secularização, uma despatriarcalização sobre o aborto.

Apesar dos extensos debates já travados, a ação pela descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação ainda não tem data para ser votada no STF. Você acredita em uma perspectiva de retomada?

Eu não sou capaz de fazer nenhuma projeção, mas acredito que é uma prioridade para o Estado. Para algumas pessoas pode parecer que não seja, mas eu continuo dizendo que, mais do que nunca, essa é uma prioridade democrática para a corte suprema no Brasil. São direitos individuais violados. Todas as Cortes, como qualquer outra organização, estão imersas de uma cultura política e que pode haver uma falsa interpretação, uma falsa avaliação de que esse é uma tema intenso demais ou político demais para ser resolvido nesse momento. Eu diria que exatamente por estamos nesse momento que essa é uma ação que deveria ser julgada, considerada procedente e feito uma leitura à luz da constituição do Código Penal. Momentos de crise são momento de reafirmação dos direitos, e de que direitos fundamentais violados não serão autorizados.

Boa parte das entidades que vão se manifestar contra a sua proposta de descriminalização do aborto é ligada a igrejas. Que peso que esse

setor tem?

A mulher que faz aborto ela é uma mulher comum. Ela tem religião, tem filhos, tem um companheiro, enfim, é uma mulher comum. É como se você visse na rua mulheres entre 20 a 29 anos, e você contasse 1, 2, 3, 4, 5 e uma delas fez aborto. Aí você imagina: será que ela deveria estar presa? Ser favorável ou contrário ao aborto é um falso enquadramento, porque se o aborto é uma necessidade da vida, de saúde, uma em cada cinco mulheres vão fazer aborto, nós estamos dizendo que essas pessoas são favoráveis a colocar essas mulheres na prisão. Então, essas entidades são entidades que sim falam em nome de organizações religiosas porque é uma autoridade reconhecida dentro de uma frágil laicidade democracia brasileira, mas elas representam essa tradição patriarcal de controle das mulheres dentro de uma desigualdade de gênero que se inclui também as instituições religiosas, mas não apenas elas. Então as instituições religiosas são porta-vozes, são a materialização de uma estrutura hierárquica e patriarcal que acredita que as mulheres devam se manterem grávidas e exercerem a maternidade, mesmo contra sua vontade, ao ponto de manda-las para a cadeia.

No Twitter você está sempre bem atuante. Você acredita numa retomada da ciência e da educação brasileira?

Eu jamais desacreditei de que a universidade e a ciência se mantiveram inativos em todo esse processo como esse novo governo. Então a retomada que me parece uma pergunta sob o ponto de vista de um estado formal de políticas públicas. Não sob esse governo. Uma das estratégias desse governo, do governo Bolsonaro é uma ofensiva e uma tentativa de desestabilização das universidades e da ciência porque ele opera pela mentira, ela opera pelo medo e a ciência é o espaço da disputa genuína pelas melhores afirmações sobre verdades, sobre respostas, seguidas de métodos que são transparentes e abertos ao debate público. Então esse governo não só não está aberto ao debate público como não está aberto a seguir as regras de impacto sobre a construções de verdade, por isso que opera pela disseminação do medo, pela mercadoria do medo como uma forma de controle social, de controle político.

Nos últimos anos, a burocracia na ciência e o radicalismo tem provocado uma fuga de cérebros no Brasil. Você foi uma das pesquisadoras que, em 2018, saiu do país devido à ameaças de morte.

Atualmente, mora nos Estados Unidos e é pesquisadora do centro de estudos Latino-Americanos e Caribenhos na Brown University. Você ainda espera poder voltar logo a Brasília para retomar a rotina na universidade?

Sim. O meu caso é temporário. Eu não me enquadraria como uma fuga de cérebro. Eu conto que a minha história é uma história em que é um dever de responsabilidade a mim e as pessoas as quais eu tenho a responsabilidade de cuidar com professora. O dever de cuidar é o que me fez sair do Brasil e me afastar da universidade pelas ameaças que eu sofria. Então, eu sofri ameaças graves contra mim, contra a universidade, contra os alunos e aos meus colegas, então na verdade essa é uma estratégia dessa milícia digital de forçar uma fuga de cérebros porque as universidades são os espaços de contestação de resistência e de afirmação do debate público. Então as mídias sociais permitem a construção da participação política mesmo com a operação de expulsão dos indivíduos pela imposição da ameaça e do medo. Então por isso que a minha ação contra o ministro da educação, que me bloqueou nos comentários no Twitter, eu sempre sou respeitosa e era um debate que eu tenho direito a participação política, por isso, que eu abrir uma contestação judicial contra ele, de que um representante do estado, um representante político ele tem direito de ter as suas mídias sociais privados, mas aí ele não vai falar de políticas públicas ou de questões do exercício do cargo ao qual ele representa. Então eu continuo me mantendo ativa no campo da política e isso não existia há 20 anos. Em governos autoritários era um silenciamento dessa fuga de cérebros e agora é uma forma de participação política de outra maneira, eu me mantenho muito mais, talvez tão ou diferentemente ativa do que era enquanto estava aí com a possibilidade de interação digital.

Diante dessas ameaças advogados criam uma rede em sua defesa e estudam oferecer apoio jurídico gratuito a outros ameaçados. Como você avalia toda essa situação extrema na qual cientistas brasileiros estão passando? Você atribui isso a que?

É uma estratégia porque a ciência ela não se toma por um conjunto de Fake News ou de grupos do WhatsApp como é recentemente essa ameaça do presidente Bolsonaro sobre um ato ao Congresso Nacional. A ciência são humanos, a ciência é o espaço do exercício da dúvida, a vida acadêmica é o

espaço em que as regras do que nós chamamos um debate razoável eles são postos, estão o processo é muito mais lento. E aí por isso que operar pelo medo e pela intimidação é estratégia.

Como você acredita que será o papel do Judiciário para a manutenção dos direitos civis? E dos direitos de mulheres?

Eu tenho profunda confiança, ou melhor dizendo, esperança, sobre a independência da unidade do Judiciário nesse momento, não só pelo direito das mulheres e de outras minorias, mas para uma contraposição a abusos do executivo. O Judiciário tem que se manter como um poder independente, um poder especialmente a corte suprema, que tem a responsabilidade de proteção, promoção e defesa da Constituição, então toda a minha atuação no campo do litígio estratégico é não só por eu acreditar que o espaço da Corte é um espaço correto e legítimo para a proteção dos direitos individuais violados, mas também porque faz parte do político com um contrapeso especialmente nos governos autoritários.

Por LITZA MATTOS

Antropóloga Debora Diniz recebe prêmio internacional por seu trabalho na área de igualdade de gênero

Colunista do EL PAÍS ganhou o Dan David Prize. “Se fui agraciada é porque sou uma brasileira na linha de frente da resistência à ofensiva contra os direitos das mulheres e meninas”

[\(El País Brasil, 12/02/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A antropóloga e colunista do EL PAÍS [Debora Diniz](#) venceu nesta quarta-feira o [prêmio Dan David](#) na categoria igualdade de gênero. A iniciativa, que existe desde 2001, reconhece pesquisas interdisciplinares que “quebram paradigmas e fronteiras” em sua área, promovendo “impacto social e cultural”. “Estou emocionada com esta honra. Sou a segunda mulher da América Latina a receber este importante prêmio acadêmico”, escreveu a antropóloga no twitter. “Agradeço a todas as mulheres que eu conheci ao longo da minha carreira de pesquisadora. É alentador saber que a luta pelo [aborto no Brasil](#) é central à igualdade no mundo”. Diniz dividiu a honraria de um milhão de dólares (ou 4,7 milhões de reais) com a professora indiana Gita Sen, que atua na área de empoderamento econômico da mulher.

“Foi com emoção que recebi a notícia do Dan David Prize. Há muitas pesquisadoras globais sobre o tema da igualdade de gênero. Se fui uma das agraciadas, neste momento, é porque sou brasileira, uma mulher latino-americana na linha de frente da resistência à ofensiva autoritária contra os direitos das mulheres e meninas. É, assim, que o prêmio me anima a criar mais, [a me dedicar ainda mais na defesa da democracia no Brasil](#)”, disse ela ao jornal.

Diniz, que é professora da Universidade de Brasília e também pesquisadora da [organização Anis Instituto de Bioética](#), [precisou deixar o país em 2018](#) após sofrer uma série de ameaças de morte nas redes sociais devido à sua posição com relação aos direitos reprodutivos das mulheres. No EL PAÍS em português e espanhol, tem abordado as ameaças aos direitos das mulheres no continente e no mundo ao lado de Giselle Carino, cientista política argentina e diretora nas Américas da organização pelos direitos reprodutivos [IPPF\(International Planned Parenthood Federation\)](#).

Ao longo de sua carreira acadêmica, antropóloga sempre buscou qualificar o debate sobre o aborto, procedimento que, segundo levantamento do Anis, foi realizado por uma a cada cinco mulheres de até 40 anos. Entre 2016 e 2017 ela se tornou figura central nas discussões sobre interrupção da gravidez em um momento no qual o [Supremo Tribunal Federal](#) discutia o assunto: Diniz defende o aborto até a 12ª semana de gestação.



Debora Diniz

✓ @Debora_D_Diniz

I'm thrilled with such a big honor. I'm the second Latin American Caribbean woman to receive such an important academic prize [@DanDavidPrize](#). I'm thankful to every single woman I've met in my research career. + photo

Dan David Prize is live now.
41 mins · 🌐

DAN DAVID PRIZE TEL AVIV UNIVERSITY

PRESENT - GENDER EQUALITY
PROF. DEBORA DINIZ
Leading sexual and reproductive rights activist and anthropologist, Brazil

LIVE DAN DAVID PRIZE 2020 Laureates Announcement

1 Like · 1 Share

A professora também é autora de vários livros, dentre eles [Zika: do sertão nordestino à ameaça global](#) (Editora Civilização Brasileira), pelo qual recebeu o prêmio Jabuti na categoria Ciências e Saúde.

Além de Diniz e Sen, Lonnie G. Bunch III e Barbara Kirshenblatt-Gimblett foram reconhecidos na categoria passado, pela conservação e recuperação cultural da história dos judeus poloneses. Demis Hassabis, fundador da companhia [DeepMind](#), e Amnon Shashua, da empresa [Mobileye](#), levaram na categoria futuro, por trabalhos na área de inteligência artificial.

Vereador do MBL se inspira nos EUA e engrossa ofensiva para dificultar o aborto legal

Fernando Holiday apresenta em São Paulo projeto cujo texto “constrange” e “tortura” psicologicamente mulheres vítimas de estupro, segundo ativistas e especialistas. Agora ele promete recuar

[\(El País Brasil, 02/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O Brasil permite que mulheres realizem um [aborto](#) a partir de três casos muito específicos: quando a gravidez ocorra em decorrência de um estupro, quando a vida da mulher está em risco ou quando o feto for anencefálico. Fora dessas situações o procedimento é considerado um crime e pode resultar em uma pena de até três anos para a gestante e de quatro anos para o médico. Para uma crescente mobilização de políticos conservadores, esse direitos previstos na Constituição são excessivos e devem ser restritos. Animados pela onda que elegeu Jair Bolsonaro, [congressistas de várias religiões, especialmente católicos e evangélicos](#), acenam com projetos para limitar os direitos das mulheres e usam o tema para mobilizar suas bases, num movimento que chega agora à Câmara de Vereadores de São Paulo. Inspirado no endurecimento das regras contra o aborto que acontece em alguns [Estados norte-americanos, como o Alabama](#), o vereador [Fernando Holiday](#), membro do [Movimento Brasil Livre \(MBL\)](#) e filiado ao Democratas (DEM), propôs [um Projeto de Lei](#) que determina uma série de obrigatoriedades para que uma mulher — sobretudo a que foi vítima de um estupro — realize o aborto na rede pública municipal.

O [projeto de Holiday](#), que inclui exigências consideradas inconstitucionais pelos especialistas, provocou grito imediato não só de ativistas pró-aborto, mas de especialistas em saúde pública e psicologia. Foi tamanha a enxurrada

de críticas, inclusive na direita, que o vereador do MBL agora promete, em entrevista ao EL PAÍS, que vai alterar parte do texto. “O projeto foi, sim, inspirado em algumas legislações que tem vindo de Estados norte-americanos, [principalmente o Alabama](#). Mas também em países que permitem o aborto em casos mais abrangentes como a Alemanha, onde você tem a possibilidade de ter explicações e demonstrações sobre os métodos abortivos”, justificou-se o vereador. “É uma mistura ao que está acontecendo internacionalmente e a tentativa de adaptar isso a São Paulo”, seguiu.

Holiday, fruto de um movimento de matriz liberal que deu uma guinada conservadora nos costumes em busca do eleitorado, sabe do apelo, inclusive midiático e nas redes, do tema no país: 41% das pessoas, segundo Datafolha divulgado em janeiro, são contra o aborto em qualquer circunstância. No Congresso, a frente parlamentar em torno do tema tem 200 nomes e, [como mostrou reportagem da Agência Patrícia Galvão publicada pelo EL PAÍS em maio](#), tem ampla rede de apoio e pressão, que envolve também empresas e juristas. A [chamada PEC da Vida, proposta de emenda constitucional que pretende restringir o aborto como nunca](#), foi ressuscitada no Senado, num movimento para tentar se antecipar ao STF (Supremo Tribunal Federal), que pode decidir a respeito da interrupção da gravidez até a décima segunda semana de gestação nos próximos meses. Na Câmara, um projeto que dificulta o acesso à pílula do dia seguinte em unidades de saúde do SUS está pronto para ser votado no plenário.

Além disso, os [ultraconservadores](#) do PSL de Bolsonaro, a segunda maior bancada na Câmara, também fazem seus experimentos com o tema e testam as águas da opinião pública. O deputado federal Márcio Labre, do partido do presidente, apresentou [o PL 260/2019 que proíbe o aborto exceto em caso de risco para a saúde da mãe](#), reduzindo assim o que já foi conquistado. O mesmo parlamentar apresentou o [PL 261/2019](#) que classificava contraceptivos como DIU, minipílula e pílula do dia seguinte como “microabortivos” e determinava a proibição de sua comercialização e distribuição na rede pública. A repercussão negativa fez com que ele retirasse o projeto. Já a deputada Renata Abreu, do Podemos de São Paulo, redigiu o [PL 121/2019](#) que determina que todos os casos de violência que são atendidos em hospitais públicos, incluídos os de violência doméstica e sexual,

sejam notificadas à autoridade policial e ao Ministério Público em um prazo de até 24 horas.

Os efeitos do projeto

A antropóloga Débora Diniz não acredita na aprovação da medida de Holiday na Câmara de São Paulo, mas vê um risco de “disseminar o pânico, fazendo com que muitas mulheres fiquem com medo de serem denunciadas ou internadas” num país que registra mais de 1.300 casos de estupros por dia. O impacto potencial não é trivial: [uma pesquisa da ONG Artigo 19](#) mostra que, de 176 hospitais públicos Brasil, apenas 76 (43%) dizem realizar a interrupção da gestação nos casos previstos em lei. A situação é tal que o Ministério Público Federal (MPF) e a Associação Brasileira de Agências de Publicidade lançaram a campanha [Lei do Minuto Seguinte](#) para esclarecer os direitos das vítimas de violência sexual. “A informação sobre o aborto legal é irrisória, muitas mulheres não sabem que possuem o direito. Nenhum Governo no Brasil avançou nesse tema, seja de direita ou de esquerda”, diz Paula de Souza, defensora pública do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) de São Paulo.

[Na entrevista ao EL PAÍS](#), Holiday garantiu ter entendido as críticas e que fará alterações substanciais no texto. Entre as principais está o fim da obrigatoriedade de passar por determinados procedimentos antes de realizar o aborto — os pontos defendidos no projeto passarão a constar como serviços disponibilizados pelo município aos quais a mulher poderá, se quiser, ter acesso. “A minha intenção é a de que, nas possibilidades de abortamento permitidas, a mulher tenha a oportunidade de refletir se ela realmente quer essa decisão. E tenha a oportunidade de analisar a vida do feto como algo independente da vida da dela”, diz o vereador. “Como o projeto foi escrito originalmente, percebi após críticas na imprensa e até conversando com mulheres que essa reflexão não pode se dar à custa de um sofrimento maior para as mulheres, que já estariam numa situação totalmente calamitosa. Nunca foi minha intenção aumentar o sofrimento delas”, acrescentou. O novo texto ainda não foi apresentado.

A maior parte do projeto de Holiday foi considerada problemática. Entre elas, está artigo que determina que “o Município só realizará o procedimento do

abortamento de feto ou embrião mediante a apresentação de alvará expedido por autoridade judiciária”. Determina ainda que “os alvarás judiciais serão submetidos à Procuradoria-Geral do Município que, se entender que é o caso, oferecerá recurso ou entrará com a medida cabível para suspendê-los e cassá-los”. Diniz afirma isso “não está previsto na norma técnica do Ministério da Justiça ou da Saúde, um contrassenso legal uma vez que não há crime”. Além disso, classifica esse itinerário jurídico como uma “tortura psicológica” e chama atenção para o fato de que pode ultrapassar o tempo em que a interrupção da gravidez pode ser feita.

O vereador garante que substituirá a obrigação do alvará por um Boletim de Ocorrência, “o mínimo que se poderia exigir de alguém que foi violentada sexualmente”, afirma, [ainda que nem a exigência do BO exista](#). Ele opina que o registro dá uma proteção legal a mulher e ao médico, protegendo-os de possíveis processos legais, e que se sua não exigência significaria não exigir o documento significaria na prática que “o aborto estaria liberado em todos os casos”. Mesmo com essa mudança, a defensora pública Paula de Souza, discorda da posição do vereador. “O Ministério da Saúde diz expressamente em sua norma técnica que o BO não deve ser uma exigência. Por que precisa que a palavra da mulher seja validada por outro órgão?”, questiona ela. Além disso, ao registrar o crime de estupro, automaticamente um processo legal é aberto. “As mulheres têm o direito de não querer processar criminalmente. Os agressores estão dentro de casa, principalmente quando falamos de adolescentes. Criar esse requisito pode fazer com que essas mulheres se silenciem, com medo”, acrescenta Souza.

Em posse do alvará, o projeto determina que a mulher deverá, durante 15 dias, obrigatoriamente ser submetida a “um atendimento psicológico com vistas a dissuadi-la da ideia de realizar o abortamento”; “atendimento psicossocial que explique sobre a possibilidade de adoção em detrimento do abortamento”; “exame de imagem e som que demonstre a existência de órgãos vitais, funções vitais e batimentos cardíacos”; e “demonstração das técnicas de abortamento, com explicação sobre os atos de destruição, fatiamento e sucção do feto, bem como sobre a reação do feto a tais medidas”.

Diniz acredita que aprovar esses artigos significaria autorizar uma prática de tortura e chama a atenção para outro contrassenso: “Muitos casos de aborto no Brasil são feitos nas 10 primeiras semanas, quando muitas vezes você não tem coração batendo”. Já Souza chama a atenção para o fato de que uma intervenção obrigatória com o intuito de convencimento “contraria o código de ética da profissão” e legitima uma violência praticada pelo Estado. “A mulher tem o direito a receber um tratamento humanizado, mas ela pode não querer fazer terapia para acessar seu direito ao aborto”, argumenta. E esclarece: “Quando ela chega à rede pública, ela já é acolhida por uma equipe multidisciplinar que explica todas as opções, como a de seguir com a gestação e fazer ruma entrega da criança. O papel do estado é sempre de dar as opções”. Holiday reconheceu na entrevista ao EL PAÍS que, após conversar com psicólogos, suas propostas de fato ferem o código de ética da profissão. E garante que vai alterar a obrigatoriedade e a abordagem de convencimento.

Outro artigo considerado problemático é o que prevê internação psiquiátrica em caso de que no atendimento médico seja detectada “uma gravidez em que as condições sociais e psicológicas da gestante indiquem propensão ao abortamento ilegal”. O vereador garante que se referia a mulheres dependentes químicas e moradores de rua que, sob o efeito de substâncias, queiram fazer um aborto — e, uma vez impedidas pelos profissionais da saúde pública, recorram ao procedimento ilegal. Ele ainda assegura que o novo texto do projeto especificará esses pontos. Contudo, Souza destaca que esse artigo também “viola um código de ética da medicina que determina sigilo entre o paciente e o profissional, que não deve levar informações suas para nenhum outro órgão”, além de “criminalizar o dependente químico” e as pessoas socialmente vulneráveis. Diniz também chama atenção para um “marcador de classe importantíssimo”: por ser um projeto voltado a rede pública municipal, afeta sobretudo “as mulheres mais vulneráveis e pobres que dependem do SUS”.

Felipe Betim

‘Nunca houve clima para discutir aborto no Brasil, mas o momento é agora’, diz Debora Diniz

Nos EUA desde que passou a receber ameaças de morte, antropóloga critica ainda viés religioso e repressor da nova política de drogas do governo

[\(O Globo, 25/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Desde o ano passado, quando relatou ter recebido ameaças de morte virtuais por seu protagonismo nas audiências sobre [aborto](#) no **Supremo Tribunal Federal (STF)** — que a fizeram decidir sair do país e se mudar para os EUA, em setembro —, a antropóloga Debora Diniz, de 49 anos, da Universidade de Brasília (UnB), evita aparições públicas.

Quebrou essa rotina em poucas ocasiões: uma quando participou de evento sobre a democracia brasileira na Universidade Brown, também nos EUA, ao lado do ex-deputado [Jean Wyllys](#) e da filósofa Marcia Tiburi, em abril, quando chegaram a seu e-mail as últimas investidas do que chama de “milícias virtuais”.

Outra vez acontece agora, no seminário “Hospitalidade entre ética, política e estética”, em que 22 intelectuais discutirão as crises migratórias, na quinta e na sexta, na Casa de Rui Barbosa, em Botafogo, Zona Sul do Rio.

Debora debate com o público via Skype, após a exibição de seu documentário “Hotel Laide” (2017), no primeiro dia do evento. O filme mostra o cotidiano da Cracolândia da capital paulista a partir da pensão do título, que fazia parte do programa “De braços abertos”, de combate às drogas, do ex-prefeito Fernando Haddad (PT). O hotel foi destruído em um incêndio em 2017.

Nesta entrevista, ela comenta desde a nova [Política Nacional de Drogas](#) do

governo Bolsonaro, passando pelo livro sobre aborto que lança neste ano pela Companhia das Letras, até o jeito que encontrou para fazer com que sua voz seja ouvida mesmo estando longe.

Descriminalização do aborto

Nunca houve clima para discutir aborto no Brasil. Claro que atualmente é uma questão usada como cortina de fumaça e moeda de troca, então não diria que temos que esperar. O momento é agora: há uma ação no STF (que pede a descriminalização do procedimento até as 12 semanas de gestação), e mulheres correm risco de vida todos os dias. Esperar pelo político é ignorar a necessidade da vida delas. Estou escrevendo um livro sobre aborto, amplo, que também tenta romper com alguns mitos. Tem um caráter de ciência, mas quero atingir um público de livraria que quer formar uma opinião sobre o tema, que pede “me forneça argumentos”.

Drogas: abstinência x redução de danos

É uma guinada moral, ideológica, e repressiva (o foco maior na abstinência para tratar o dependente). E não científica. Além disso, é de alto custo para o Estado. E leva a uma porta giratória de internações sequenciais que acabam colocando o indivíduo de volta para a rua. Por isso que a expressão “recaída” é tão forte nessa população. Não há a consideração de que o uso da droga é parte de uma sociabilidade que precisa ser ocupada por outros aspectos da vida, como o trabalho. A redução de danos faz uma inserção do indivíduo no mundo real, acessível a essas pessoas por um processo de reconstrução de uma vida possível. Há fortes evidências do passado de que isso (internação) não resolve. Também há uma estigmatização do indivíduo, que passa a ser julgado como alguém que não teve o arbítrio e a força de vontade pra abandonar a droga, e não é assim.

Internação involuntária de dependentes

Historicamente, a [internação compulsória](#) se mostrou terrível. No início do século XX, era a internação das mulheres dissidentes de um padrão de feminino e, depois, de mulheres que tinham uma sexualidade diferente... Num momento em que temos uma perseguição moral à diversidade, há um enorme risco de uma “psiquiatrização” de comportamentos desviantes e indesejáveis para uma moral familiar. Ou seja, isso abre espaço para uma

arbitrariedade de violação de direitos individuais.

Comunidades terapêuticas religiosas

Estamos vendo um deslizamento da política pública de saúde mental da ciência para a segurança pública — no sentido de uma política penal, da repressão —, com a imposição de uma moral religiosa. Há uma pergunta de fundo de qual é a origem da droga, se é parte de uma dinâmica social e de saúde mental ou se é de uma maldição religiosa. É uma disputa de narrativas sobre o cuidado da saúde mental: ciência X religião.

Vida ‘de migração involuntária’

Vivo uma situação de exílio por razões políticas de perseguição. Então, num ordenamento internacional, seria uma refugiada. Mas toda a operação das milícias virtuais, de onde vêm as ameaças de morte, impõe uma pena de desterro, que é uma categoria constitucional grave, mas que somente o Estado poderia me impor. Não sou uma desterrada oficial pelo Estado — ao contrário, estou sob proteção do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Mas, quando essa milícia opera aos interesses dessa ordem moral vigente, ela anima a pena de desterro e torna desnecessário que o Estado a imponha. Vivo uma situação de migração involuntária, forçada, para proteger a mim, aos alunos e à universidade. Vivo num limbo jurídico.

Falar para fora da ‘microbolha’

Não adoeci, e isso é uma vitória. Esse poder, eles não tiveram. E também não me silencieei. Só que tudo isso provocou uma mudança no jeito de me comunicar, inclusive para fora da minha microbolha, que era a universidade. Nunca tinha tido redes sociais, mas criei uma conta no Twitter (em agosto de 2018), e passei a escrever mais em jornais e revistas (ela é colunista da “Marie Claire” e do “El País”). Passei a me redefinir inclusive sobre quem eu seria aos quase 50 anos. Não quero ser otimista, mas jamais vou abandonar a esperança na Humanidade e deixar de acreditar que eles são poucos e rapidamente estão desmoronando.

Flavia Martin

Debora Diniz: “Não sou desterrada. Não sou refugiada. Qual é a minha condição?”

Antropóloga e professora da UnB, que saiu do Brasil após sucessivas ameaças de morte a ela, à sua família e até a alunos, vive agora “limbo jurídico”

[\(El País, 17/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB) [Debora Diniz](#) teve de deixar o Brasil em 2018 depois de sofrer uma série de linchamentos virtuais e ameaças. Há mais de um ano, o alvo de *haters* tem sido não somente ela, como também sua família, alunos e até mesmo a reitora da UnB e a diretora da faculdade onde Diniz lecionava. Tanto ódio tem sido destilado porque a pesquisadora ficou ainda mais conhecida pela defesa dos direitos reprodutivos das mulheres e acabou se tornando figura central pelo direito ao aborto até a 12ª semana de gestação, [tema debatido no Supremo Tribunal Federal](#) (STF). Ameaçada de morte, Diniz e a família deixaram o país aconselhados pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Governo. Mas, agora, vive em um limbo jurídico, sem saber, diante da Justiça, qual é a sua condição. “Não sou desterrada. Não sou refugiada. Qual é a minha condição, ao não poder existir sem escolta policial?”, questiona, por telefone, de alguma parte do mundo.

Ainda tentando se adaptar à nova realidade que impõe sigilo, medo e restrições, Diniz conta que as ameaças surgiram em maio do ano passado, e cresceram de tal forma que em julho ela já não saía mais de casa sem escolta policial. Hoje, mesmo fora do Brasil há um ano, ainda recebe mensagens. A última foi há pouco mais de um mês, quando ela e o ex-deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que também deixou o país sob ameaça de morte, participaram de

uma conferência sobre os “desafios para a democracia brasileira”, realizada em abril na Brown University, nos Estados Unidos. “Quem disse que meu objetivo é te ofender? Eu vou te matar! Matar, vadia! Entendeu?”, diz parte do e-mail recebido por ela na ocasião.

As intimidações são realizadas com palavreado de baixo calão e carregado de ira, como este outro e-mail, recebido no dia 6 de agosto do ano passado: “Bando de cachorros do Governo, o aviso foi dado e qualquer autoridade que se meter também vai pagar o pato! Quero que se foda juiz, promotor e delegado. Não respeito autoridade que defende abortistas. Se precisar, vamos pipocar essa vagabunda da delegada Sandra Gomes Melo também!”. A mensagem fora enviada para Diniz com cópia para a UnB e diversos setores do Ministério Público Federal e é um exemplo do que passou a fazer parte da rotina de terror vivida pela antropóloga. A certeza da impunidade é tamanha que autoridades como a delegada Sandra Melo, da Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), e que acompanha o caso desde o início, também entram no rol de ameaças.

Diante das tentativas de coação, o Ministério Público Federal abriu um inquérito para apurar as ameaças, mas encontra obstáculos na dificuldade em se rastrear esse tipo de crime, o cibernético. Os autores se utilizam de contas de e-mail de difícil rastreamento para bombardear seus alvos. A blogueira e [escritora feminista Dolores Aronovich](#), conhecida nas redes como [Lola](#), já é um velho alvo desse tipo de terror. As mensagens recebidas por ela são enviadas, inclusive, do mesmo servidor e remetente que as recebidas por Diniz. “Ameaçam a mim e às minhas leitoras”, diz Lola. “Chegou a um ponto em que as escritoras estavam com medo de assinar os boletins de ocorrência nas delegacias, porque elas acabavam virando alvo também”.

A estratégia usada contra Lola é parecida com a usada contra Diniz: transformam o alvo em um agente contaminador, onde quem está ao seu redor também sofre com as intimidações. Lola afirma que ela e o marido já perderam as contas de quantos boletins de ocorrência registraram. Na mesma linha, Diniz afirma temer muito mais por esse contágio, do que por si mesma. “Embora eu mantenha a minha sanidade com a condição de que [os ameaçadores] são bravateiros, eu não posso arriscar a vida de estudantes na

minha condição”, afirma. “Eu contágio no local que eu ocupo socialmente”.

Enquanto assiste, de longe, a ofensiva contra defensores dos direitos humanos, como a que [obrigou o ex-deputado Jean Willys \(PSOL\) a também deixar o país](#), Debora Diniz aguarda para que ao menos sua condição jurídica seja esclarecida. “Temos que encontrar um caminho, além do penal, de provocação do Estado”, diz. “Quando eu não consigo mais dar aula e nem retornar ao meu país, qual é a minha situação?”.

Marina Rossi

Não há como ser feminista e ser contra o aborto, por Debora Diniz

Em sua coluna, a antropóloga defende que o feminismo deve proteger e lutar pelos direitos de todas as mulheres. “Talvez, você nunca venha a fazer um aborto, mas como uma feminista você saberá acolher mulheres com experiências diferentes das suas. E, principalmente, você jamais defenderá cadeia ou castigo para mulheres que fizeram um aborto”

[\(Marie Claire, 30/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Eu sou uma feminista. Houve um tempo em que estranhei essa palavra sobre mim mesma. É como se “feminismo” fosse exagerado para uma acadêmica ou como se colocasse em dúvida minha credibilidade como pesquisadora. Passada essa fase breve de suspeição ideológica lançada por meus colegas que se falseiam cientistas neutros, passei a tomar o feminismo como uma forma de vida – não é mais um qualificador de quem sou; sou eu mesma. Até os que não gostam do que escrevo já assim me descrevem: a “antropóloga feminista”.

Você pode ser feminista de qualquer causa - violência contra a mulher, meio-ambiente, racismo, deficiência, saúde reprodutiva. Não importa como você defina o feminismo, se como uma luta política, como uma ideologia ou como uma ética. Como para mim é uma forma de vida, escrevo e falo de tudo que diga respeito à vida das mulheres: de violência doméstica à exploração sexual de meninas, de igualdade no mundo do trabalho à descriminalização do aborto. Você pode ser uma feminista religiosa ou astróloga, atea ou mística - só não pode querer que suas crenças sobre o bem-viver devam ser a pauta moral do feminismo. Por isso, não há isso de feminista “contra o aborto”. Há uma contradição de valores nessas duas afirmações sobre si mesma. Ou você é feminista e acredita que cada mulher deva decidir sobre sua própria vida, ou você não é uma feminista.

Eu sinto muito se você não for uma feminista - o mundo seria melhor com muitos homens e mulheres feministas. Na Suécia, há um governo feminista; no Canadá, um primeiro-ministro comprometido com a justiça de gênero. Enquanto vivermos em um país sob o ministério da família, as urgências feministas serão muitas - uma delas é a descriminalização do aborto. Você pode se unir ao movimento pela descriminalização do aborto de duas maneiras: sendo alguém falante como eu sobre as injustiças da política criminal, ou simplesmente seguindo sua própria causa feminista, porém sendo solidária à nossa causa. Serei explícita em minha mensagem: não há como ser uma feminista e defender a cadeia como o destino das mulheres que façam aborto, ou seja, ser “contra o aborto”.

Não me acuse de ser aqui a fiscal do feminismo: gritar essa besteira é fazer muito barulho e pensar pouco. É mais sofisticado o que proponho como regra básica de convivência em nossa diversa comunidade de feministas. Você é livre para colorir o feminismo como bem desejar: feminismo negro, feminismo indígena, feminismo de mulheres ribeirinhas nordestinas, feminismo trans, feminismo evangélico. Nossa riqueza está na complexidade do que passamos a chamar de interseccionalidade - não somos corpos monolíticos como querem nos fazer crer pela sexagem binária, somos corpos que vivem experiências diversas pela cor, classe social, região, idade ou crença. Você só não será bem acolhida na ampla comunidade feminista se suas crenças restringirem os direitos de outras mulheres: por isso, não há

feminismo homofóbico ou feminismo racista. Da mesma forma, não há feminista “contra o aborto”.

Falo “contra” ou “favor” do aborto apenas para simplificar nossa conversa. Aborto não é tema para isso de um lado ou outro da verdade – é uma escolha íntima e privada de cada mulher. Talvez, você nunca venha a fazer um aborto, mas como uma feminista você saberá acolher mulheres com experiências diferentes das suas. E, principalmente, você jamais defenderá cadeia ou castigo para mulheres que fizerem um aborto. É por isso que não há feministas contra o aborto – não há feministas que não reconheçam o direito de cada mulher de decidir sobre seu próprio destino de quando, como ou com quem exercerá a maternidade.

***Debora Diniz** é antropóloga, professora da UNB e pesquisadora da Anis: Instituto de Bioética. Em 2017, ganhou o prêmio Jabuti pelo livro “Zika: Do Sertão Nordestino à Ameaça Global”. Como documentarista, seus filmes já ganharam mais de 50 prêmios. Sua área de interesse são os direitos das mulheres.*

Nomeação de Damares Alves é expressão perversa da política feita por homens, por Debora Diniz

Em sua coluna de semana, Debora Diniz comenta escolha da pastora para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

[\(Marie Claire, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A nomeação da pastora Damares Alves como ministra é uma das expressões

mais perversas da política feita por homens. Se sua presença responde ao clamor por representatividade feminina na política, por ser uma pastora, sua voz conformará o tom evangélico aos direitos humanos. O título Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos não poderia ser mais honesto para a cruzada evangelizadora - direitos humanos será apenas o cosmético vocabulário para a política familista de enquadramento das mulheres.

A pastora não esconde suas pretensões de iniciar uma “revolução cultural” e explica seus princípios - “meninos entregarão flores às meninas nas escolas” para que entendam “que meninos e meninas não são iguais”. A desigualdade a que se refere é simples: “meninas são mais frágeis que meninos”. O uso da linguagem formal de direitos humanos e, em particular, à menção ao princípio da igualdade, não é inocente. Não há teoria de gênero que sustente igualdade de matéria entre os corpos, essa é uma fantasia erótica dos que acreditaram em kit gay ou se arrepiam em imaginar que há crianças transexuais no mundo.

Mulheres são diferentes de homens, velhos de crianças. Há matéria nos corpos e ela é tangível - o que as normas de gênero nos provocam a pensar é sobre os sentidos da matéria para as formas de existir. Nem todas as mulheres terão filhos, nem todos os homens honrarão com sua responsabilidade parental. Foram os estudos de gênero que nos ajudaram a desvincular a matéria dos corpos dos destinos da reprodução - foi uma conquista civilizatória não mais morrer no parto após uma dúzia de filhos como fizeram nossas bisavós ou avós.

A confusão entre matéria e existência é um jogo de linguagem para esvaziar a luta por igualdade entre os homens e as mulheres no mundo. Por isso, não foi por acaso que as primeiras palavras da ministra foram sobre aborto e família. A centralidade da luta feminista no direito ao planejamento familiar tem uma razão evidente, pois é pela naturalização dos corpos que se controlam as mulheres, mantendo-as como cuidadoras e reprodutoras. A pastora reduz as mulheres ao seu papel reprodutivo, em uma caricatura do feminino que nem mesmo corresponde às personagens da ficção do ciclo do açúcar no Brasil - “meu sonho era ficar na rede à espera de joias do marido”, disse ela.

Não se trata apenas de uma narrativa do século 19 em uma mulher na política do século 21. Há perversidade na composição da personagem que, em sua complexidade, transforma os direitos humanos em uma cruzada evangélica sobre como devem se comportar as mulheres, como sexualidade ou aborto devem ser temas prioritários à política familista. Por isso, os primeiros pronunciamentos da ministra pastora não foram sobre os temas vergonhosos da agenda de direitos humanos no país, como o encarceramento ou a violência urbana, mas sobre gênero e sexualidade. Sua ousadia em declarar que “gravidez é um problema que só dura 9 meses, e aborto é para toda a vida” é um sinal de como ignora que a maternidade é um projeto existencial eterno para as mulheres. Ser mãe é uma decisão que só há data de início e o prazo de validade só termina com a orfandade dos filhos.

A razão de tamanha ousadia contra as mulheres é simples - haverá uma divisão de tarefas na agenda de direitos humanos. Caberá ao ministro Moro atuar no campo dos direitos humanos como política criminal; à pastora Damares, a fragmentação da agenda de direitos humanos tendo os direitos reprodutivos das mulheres como objeto da guerrilha moral. A estratégia é cruel e desonesta. O homem do combate ao crime é um herói, a mulher do cuidado da família é uma personagem caricata que balbucia princípios de direitos humanos como fingimento para as entrelinhas missionárias.

Descriminalização do aborto é questão de tempo, por Debora Diniz

Essa sexta-feira, dia 28 de setembro, é o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta Pela Descriminalização do Aborto

[\(Marie Claire, 28/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A raiva pode ser um sentimento produtivo. Isso quem diz é a psicanálise e o feminismo. Há vários sentimentos por trás da onda verde pela legalização do aborto na América Latina e no Caribe - um deles é a raiva nascida do luto de irmãs, mães e filhas mortas pelo aborto clandestino em nossos países.

O dia 28 de setembro é para lembrar de cada uma delas, nomeá-las em público e em voz alta, mas também para nos reconhecermos em um movimento com destino certo. Iremos descriminalizar o aborto. É só uma questão de tempo.

Somos pacientes, esse é outro sentimento. É uma paciência indignada, preciso confessar. Assim estavam as meninas e mulheres jovens nas ruas de Buenos Aires nos dias de votação pela legalização.

Erra quem pensa que o [feminismo perdeu no dia 8 de agosto](#) - tolíce, o feminismo já legalizou o aborto nas ruas da Argentina. As bandeiras azuis das comunidades de fé terão dificuldades para converter a nova geração de mulheres que entrará nas universidades, chegará ao mundo do trabalho ou viverá a maternidade com a memória de ter estado nas ruas com muitas milhares de outras mulheres convictas de que prender mulheres por aborto é injusto.

Entre nós, há coragem. Não temos medo de quem nos ameaça, ignoramos quem nos amaldiçoa com fogueira eterna. Há vários rostos para inspirar a nossa coragem. O meu é o de Ingriane Barbosa, a jovem babá negra do Rio de Janeiro, que morreu com um talo de mamona no útero ao tentar desesperadamente um aborto.

Foi a nossa bravura que levou a questão do aborto ao Supremo Tribunal Federal, que transformou as ruas de Brasília em uma vigília de oração e festa pelas mulheres. É a nossa ousadia cotidiana que resiste ao movimento conservador no Congresso Nacional, onde padres e pastores trocam a constituição pela bíblia. Mas, como nossas vizinhas argentinas, somos pacientes e iremos esperar para inscrever na história “nem uma a menos” por aborto.

Em nossa fronteira, há esperança. Desde 2006, uma decisão da corte

constitucional na Colômbia alterou a lei penal - de um país com uma das leis mais restritivas de aborto no mundo, os juízes autorizaram o aborto em caso de risco de vida, estupro, inviabilidade do feto e se a saúde da mulher estiver em risco.

A Colômbia passou a ser um destino seguro para as mulheres brasileiras e venezuelanas que, como Rebeca Mendes, atravessam a fronteira para realizar o procedimento na legalidade. Por saúde, se entende o bem-estar integral da mulher e não somente risco de morte. Não há crime em Rebeca sair de São Paulo, tomar um avião para Bogotá e ali fazer o aborto. Não há crime em ela contar a sua história publicamente, como já o fez algumas vezes. A mobilidade entre os países só demonstra o quanto a lei penal é pouco razoável e anacrônica para a vida das mulheres.

No Chile, há resiliência. Com o fim da ditadura militar de Pinochet, o aborto foi integralmente criminalizado. Após intensas mobilizações no Congresso Nacional, a lei de aborto aprovada é semelhante ao quadro de despenalização do Brasil: o aborto é permitido em caso de estupro, risco de vida e feto inviável. Para um país conservador, cujos recentes escândalos de pedofilia da Igreja Católica abalaram o poder religioso, a mudança é um sinal da transformação política da região. Houve tentativa de contestação da lei na corte suprema, mas os recursos foram negados e a lei está em vigor. Judiciário e Legislativo se moveram para garantir que a lei penal fosse alterada.

A verdade é que há uma mistura de sentimentos e a onda verde os combina em um revigoramento da luta política regional: se antes falar de aborto nas demandas políticas era uma questão só de mulheres, uma reviravolta ruidosa ocorre na região. A questão do aborto é cada vez mais uma demanda por vida digna, por cidadania e justiça. Se há raiva indignada de longa data, há agora esperança. Por isso, a onda verde cresce e se multiplica fazendo do 28 de setembro um dia de resistência e de celebração. Será mesmo “nem uma a menos” por aborto clandestino.